I.

Referendo dá maioria esmagadora à independência da Catalunha. O "sim" venceu com cerca de 90 por cento, numa votação marcada pela violência.

União Europeia e Reino Unido divididos à mesa das negociações para o Brexit. Vários dossiers sem solução à vista: Os direitos dos cidadãos e a Irlanda do Norte são alguns deles.

Nesta edição ainda: União Europeia estuda imposição de taxas digitais a gigantes tecnológicos. Irlanda e Luxemburgo com dúvidas sobre eficácia destes impostos.

II.

Bem vindos ao Magazine Europa,

O "sim" venceu na Catalunha. Com 90 por cento dos votos, o governo catalão abre a porta à declaração unilateral de independência já nos próximos dias.
Cerca de 2,2 milhões de pessoas foram as urnas. 7,8% escolheram o "não" 0,89 por cento dos votos foram considerados nulos e pouco mais de 2% por cento dos eleitores deixaram o boletim de voto em branco.
O dia de votação ficou marcado pelos confrontos entre populares e a polícia junto das assembleias de voto. Há a registar pelo menos 844 feridos, duas pessoas permanecem em estado grave. A Comissão Europeia reagiu entretanto e disse que a violência nunca pode ser um instrumento na política. Reiterou, porém, que o referendo de domingo na Catalunha foi ilegal ao abrigo da Constituição espanhola.
Ao dirigir-se à população, Carlos Puigdemont, Presidente do Governo catalão, disse que no Domingo a Catalunha ganhou muitos referendos.

Carlos Puigdemont, Presidente Governo Catalunha
Por isso hoje, após esta jornada de esperança e também de determinação, nós, cidadãos da Catalunha, conquistámos o direito a ter um estado independente que há-de reconstituir-se em forma de república. Consequentemente, o governo a que presido, irá trasladar-se nos primeiros dias para o parlamento da Catalunha, símbolo e expressão da soberania do nosso povo, face aos resultados do dia de hoje, para que se aplique tudo o que está previsto na lei do referendo.

Já o primeiro ministro de Espanha, Mariano Rajoy, voltou a dizer que o governo espanhol está do lado da lei.

Mariano Rajoy, primeiro-ministro espanhol
O referendo que pretendia liquidar a constituição espanhola, declarar a independência de uma parte do nosso país, sem contar com a opinião do

conjunto dos espanhóis, simplesmente não existiu. E quero que saibam que fizemos o que tínhamos de fazer. Somos o governo de Espanha e eu sou o presidente do governo de Espanha, tendo assumido a minha responsabilidade. Cumprimos com a nossa obrigação.

Connosco, ao telefone a partir de Bruxelas está Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa e consultor internacional baseado na capital belga.
Victor, o dia 1 de Outubro vai ficar para a história de Espanha. O que é que se pode esperar daqui para a frente? Vários meios de comunicação social escreveram que Espanha já perdeu de certa forma a Catalunha?
A Espanha é hoje sobretudo um país profundamente dividido. A Espanha que já tinha um grande grau de autonomia - é preciso saber que em Espanha há 17 regiões autónomas, ou seja 17 governos regionais com bastantes poderes, incluindo o governo catalão. Só que o governo catalão há muitos anos estava num processo que iria mais tarde ou mais cedo conduzir a uma declaração de independência. E é nessa situação que nos encontramos, ou seja, uma Espanha profundamente dividida, de um lado os catalães que são pela independência, por outro lado, os residentes na Catalunha que são contra a independência e ainda mais o facto de uma grande maioria dos espanhóis no resto de Espanha ter criado um sentimento muito anti-catalão. Durante o referendo estive em Espanha e notei que em várias partes do reino espanhol há um sentimento muito negativo em relação à Catalunha. Eles consideram que os dirigentes catalães são xenófobos, não gostam de outros espanhóis.

No entanto, com as imagens que passaram em todo o mundo dos confrontos violentos durante o referendo, sente-se um certo movimento de solidariedade internacional para com a Catalunha e os catalães e também para com os dirigentes da Catalunha...
As imagens são muito fortes. Nós vivemos num período histórico em que a televisão e as imagens projectadas pela televisão marcam muito a agenda política. Aliás, hoje em dia é fundamental ganhar a batalha da informação. E, neste momento, depois do que se passou no Domingo na Catalunha é evidente que a batalha da informação foi ganha pelos separatistas da Catalunha, ou seja, as imagens que foram projectadas foram imagens de polícias a bater ou a ser violentos com populações civis e essas imagens têm um poder muito forte. Tem mais força, digamos assim, a pessoa de muita idade a escorrer sangue do que um argumento legal ou um argumento constitucional. E, nesse sentido, pode dizer-se hoje, neste começo de semana – num começo de semana que é muito sério para todo o povo espanhol incluindo o povo catalão – a campanha da narrativa está a ser ganha pelos separatistas catalães.

Victor, e quem é que deve votar num referendo pró-independência? Os catalães ou toda a Espanha?
Há duas posições. A posição do Governo de Madrid é que devem ser todos os espanhóis e esta é de facto a posição que domina ou predomina em toda

a Espanha. Eu penso, no entanto, que a posição correcta e a única solução política é um referendo para todos os residentes na Catalunha. Só assim se poderá encontrar uma solução. Mas tem de ser um referendo a sério, um referendo organizado segundo as normas internacionais, um referendo que seja credível, um referendo que possa ser observado por organizações internacionais especializadas na matéria, ou seja, não podemos de modo algum fazer um referendo de vão de escadas.

E que papel é que deveria ou pode ter aqui a UE?
Só tem uma opção, que é apoiar inteiramente o governo espanhol. Simplesmente é uma opção muito custosa, muito difícil, na medida em que os custos juntos da opinião europeia podem ser elevados porque o que predomina na opinião pública europeia é o facto de que houve aqui na Catalunha uma violação dos direitos fundamentais das pessoas em poderem escolher o seu futuro, nomeadamente o direito à autodeterminação. Bruxelas tem que fazer uma campanha de informação pública muito, muito cuidadosa, de modo a mostrar que não apoia de modo algum nenhum tipo de violação dos direitos humanos, mas por outro lado, reconhecer que a constituição de um dos países fundamentais para a União Europeia tem que ser respeitada. Bruxelas terá de insistir muito numa solução política interna de Espanha, ou seja, fazer com que se frise que a única solução para a questão da Catalunha e para a questão da Espanha se resolva através de negociações políticas e, nomeadamente, através da realização de um referendo legal e que permita a todos os residentes da Catalunha votar num referendo que possa ser considerado um referendo sério.

III.
E continuamos na actualidade europeia: A primeira ronda de negociações do Brexit chegou ao fim. União Europeia e Reino Unido sem soluções para uma série de questões, como os direitos dos cidadãos ou a Irlanda do Norte. Mais com a Antena 1.

(Os encontros sucedem-se e as divergências mantêm-se. Por mais reuniões e discursos que se façam parte a parte, não parece haver solução para as três grandes questões que separam os 27 do Reino Unido. Os direitos dos cidadãos, os acertos financeiros e a Irlanda do Norte. O negociador britânico garante que há um compromisso de integrar na lei nacional o acordo que venha a ser alcançado sobre os direitos dos cidadãos. Europa teme que seja apenas uma transposição temporária, e quer que o Tribunal de Justiça da União Europeia resolva contendas futuras. David Davis diz não.
"O Reino Unido tem sido claro. Como país terceiro fora da UE, não seria justo estar num processo conduzido pelo Tribunal de Justiça Europeu. Nós ouvimos as preocupações sobre os direitos dos cidadãos e, por isso, o Reino Unido compromete-se a incorporar integralmente na lei nacional o acordo final alcançado".
Mas não é só na questão dos direitos cidadãos que o impasse se mantém, nas questões financeiras também, e o negociador da União Europeia, Michel Barnier, recordou as diferenças outra vez.

"A primeira-ministra Theresa May disse duas coisas em Florença: que nenhum estado-membro devia pagar mais ou receber menos por causa da saída do Reino Unido e que iria honrar os compromissos assumidos enquanto estado-membro. Esta semana os negociadores britânicos deixaram claro que isso só se aplica limitadamente até 2019/2020. O Reino Unido também afirmou que ainda não está em posição de identificar todos os compromissos assumidos enquanto membro da União Europeia".
E enquanto o Reino Unido não o fizer, a União Europeia diz que não avança para negociações sobre relações comerciais futuras ou sobre o período de transição de dois anos como pediu Theresa May).

Victor, também o presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker mostrou-se pessimista e disse que só com um milagre haverá progressos suficientes até este mês. Que análise se pode fazer desta semana em que as negociações do Brexit voltaram à mesa?
A posição que domina neste momento em Bruxelas é que não se pode discutir o futuro enquanto não se acertar as contas do presente. E acertar as contas significa, nomeadamente, definir quais são os direitos dos europeus que residem no Reino Unido, também a questão da fronteira entre a Irlanda do Norte e a Irlanda e também a questão da jurisdição do Tribunal Europeu de Justiça, porque é uma questão fundamental para os Europeus que em caso de litígio com Londres, esse litígio possa ser resolvido por esse tribunal. Enquanto estas coisas não se resolverem, é muito provável que não se consiga avançar com a segunda dimensão da negociação que é a dimensão relativa ao relacionamento futuro entre as duas partes.
Também assistimos na semana que passou a um marginalizar da questão do Brexit, ou seja, quer Macron, quer Merkel e mesmo outros dirigentes europeus, já estão a olhar para o futuro; já estão a pensar no futuro e a fazer propostas para o futuro, sem se preocuparem com nada no que diz respeito ao Reino Unido, ou seja, o Reino Unido está a desaparecer rapidamente da equação europeia.

E quando fala da posição que domina em Bruxelas refere-se à posição do eixo franco-alemão?
É a posição do eixo franco-alemão que é a posição que de facto predomina não só nas instituições de Bruxelas, mas também na formação da opinião política dos outros dirigentes. Há neste momento um grande alinhamento novamente por detrás das posições dos franceses e dos alemães. Os franceses e os alemães não só dominam os principais cargos nas instituições europeias – é preciso não esquecer isso – e com a saída dos britânicos, as principais funções na União Europeia serão ocupadas por alemães ou franceses ou por gente muito próxima dos alemães ou dos franceses, como é o caso de Juncker. De facto há uma realidade que é a realidade franco-alemã e essa realidade franco-alemão, mesmo depois da vitória muito parcial de Angela Merkel nas eleições muito recentes, esta aliança entre Macron e a dirigente alemã é cada vez mais visível e na semana passada ficou muito claro que Merkel está disposta a trabalhar com Emmanuel Macron.

Macron que na semana passada num longo discurso na Sorbonne traçou um mapa para os próximos 10 anos da Europa. Que notas tirou deste discurso?
Ele propõe mais defesa, propõe pela primeira vez uma força militar conjunta que estaria em condições de intervir rapidamente em conflitos. Propõe a criação de uma agência europeia contra o terrorismo, propõe uma política europeia de asilo comum e, além disso, propõe pela primeira vez que se reveja a política agrícola da União Europeia. E a política agrícola tem sido um dos obstáculos para o avanço, digamos assim, de outros sectores da União Europeia, porque a agricultura recebe praticamente 45% do orçamento europeu. Se for revista a política agrícola e esta deixar de ser tão subvencionada, é muito provável que haja mais dinheiro para outras coisas. Também propôs uma reforma do número de comissários em Bruxelas, ou seja, passar dos 28 actuais para 15, o que significaria certamente uma comissão mais unida, mais tipo governação e menos tipo representação. Nós estamos a assistir neste momento a toda uma reflexão que é proposta e que vai no sentido de criar um núcleo europeu mais unido, ao centro, e depois com vários círculos concêntricos que agruparão os países que só participarão nalgumas das questões europeias, ou seja, os países menos inclinados a uma maior integração europeia.

IV.

E na cimeira digital europeia, na Estónia, que decorreu na semana passada, os líderes europeus debateram a criação de um imposto para os gigantes digitais. Para empresas como a Apple, Google ou o Facebook.

A criação desta taxa digital não está a gerar consenso entre os líderes europeus. Irlanda e Luxemburgo são dois dos países com reservas sobre a eficácia deste novo imposto.

Já Itália defende que os países que concordam com o pagamento do imposto, devem avançar de forma separada.

Victor, Emmanuel Macron primeiro-ministro francês falou em "agressão económica" para descrever a actuação destes gigantes face aos mais pequenos concorrentes europeus. Que leitura é que se pode fazer destas declarações e deste posicionamento da UE face a estas empresas?
As grandes empresas globais na área digital, como a Google, Facebook, Amazon, Apple, Uber e outras praticamente não pagam impostos no espaço europeu. Eles conseguem fazer com que a sede europeia das suas empresas esteja estabelecida ou no Luxemburgo ou na Irlanda e depois com esses governos chegam a um acordo em que a percentagem de impostos pagos é extremamente pequena. Peguemos no caso da Apple, por exemplo, em que, neste momento, está apenas a pagar 0,005% dos seus lucros. Estamos muito longe daquilo que é normal uma empresa pagar em relação aos lucros que faz que é normalmente na ordem dos 17% a 25%. Por isso há

aqui um problema, há um problema importante, as empresas globais aproveitam as diferentes legislações de cada Estado para maximizar ao máximo os seus interesses e, nomeadamente diminuir os impostos. Isto vem-nos lembrar que, neste momento, face às empresas globais a única solução é haver também uma posição europeia global que permita estas a empresas operar livremente na Europa, mas pagar impostos através de Bruxelas, e não pagar impostos através do país A, B ou C. Simplesmente nós estamos ainda muito longe disso, porque em matéria de impostos isso continua a ser uma questão nacional e aí nós vamos ver grandes diferenças entre, por um lado, os países mais industrializados e mais avançados economicamente da Europa, nomeadamente a França, e os países que estão nas margens da economia europeia, como por exemplo a Irlanda ou Malta, ou mesmo o Luxemburgo que é um país que tem uma economia muito pequena. E esses países precisam desesperadamente de ter essas grandes empresas com sede nos seus territórios, não pelos impostos que elas pagam, mas na medida em que essas empresas geram enorme quantidades de empregos locais.

E o que é necessário para aplicar uma reforma tributária na UE?
Era preciso que houvesse uma decisão de todos os estados que diria o seguinte: determinado tipo de taxas deixam de ser prerrogativa de cada um dos estados e passam a ser aplicados directamente a partir de Bruxelas e depois Bruxelas fará a distribuição dessas receitas segundo critérios que forem adoptados. Nós não podemos continuar a tratar as empresas globais a partir de uma posição nacional, tem de ser a partir de uma posição europeia.

V.

Ao telefone Victor Ângelo, comentador do Magazine Europa, baseado em Bruxelas. E antes de terminar, uma nota cultura.

Falamos hoje sobre a exposição "Ópera: Paixão, Poder e Política" no Victoria & Albert Museum, em Londres, Reino Unido. Esta é uma viagem pelos 400 anos da opera, desde o início dos inícios, em Veneza no século 17, até às modernas produções de hoje.
Uma exposição que deita por terra a ideia de que a opera é uma forma de arte conservadora. Como escreve a BBC, "a opera tem estado na linha da frente da cultura ao longo de séculos, inspirando convulsões políticas e mudanças sociais.
A mostra decorre até 25 de Fevereiro do próximo ano.

Nós ficamos por aqui, voltamos para a semana!

VI:

[Ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.
As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.
O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus + (mais).
Estamos no Facebook em Magazine Europa.